ACORDO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA DO CHILE PARA RECONHECIMENTO RECÍPROCO DE CARTEIRAS DE HABILITAÇÃO

A República Federativa do Brasil e a República do Chile, doravante denominadas "Partes",

Com o objetivo de permitir que os portadores de carteiras de habilitação emitidas por uma das Partes possam conduzir veículos no território da outra,

Bem como visando a aprimorar a segurança do transporte e agilizar o trânsito rodoviário,

Acordam:

Artigo 1º: Objetivo

1. As Partes reconhecerão reciprocamente, para fins de conversão, as carteiras de habilitação não provisórias, válidas e em vigor, expedidas por suas respectivas Autoridades Competentes, em conformidade com sua legislação interna, em favor dos nacionais da outra Parte, titulares de carteiras de habilitação que obtenham a condição de residentes em seu território.

2. Para efeitos de interpretação do presente Acordo, o termo "residência" deve ser compreendido nos termos estabelecidos pela legislação vigente no território da Parte onde se pretenda obter essa condição migratória.

Artigo 2º: Reconhecimento para condução temporária

1. Os condutores nacionais de cada uma das Partes, que não tenham residência legal no território da outra Parte, poderão conduzir temporariamente veículos no dito território com carteiras de habilitação válidas, desde que tenham a idade mínima exigida por essa outra Parte, com exceção das carteiras profissionais utilizadas para fins comerciais e para trabalho remunerado.

2. A carteira de habilitação emitida pelas Autoridades Competentes de uma das Partes deixará de ser válida, para fins de circulação no território da outra Parte, de acordo com as condições e prazos estabelecidos pela legislação interna do Estado de circulação.

Artigo 3º: Reconhecimento para obtenção de uma licença da outra Parte

1. Cada uma das Partes reconhecerá, para efeito de obtenção de uma carteira de habilitação da outra Parte, as carteiras de habilitação vigentes, emitidas pela Autoridade Competente da outra Parte, de acordo com seus respectivos regulamentos internos, em favor dos condutores nacionais que tenham a condição de residentes no seu território, dispensando-se ao solicitante a realização de exames teóricos e práticos exigidos pela legislação dessa Parte.

2. Para fins de aplicação do primeiro parágrafo do presente artigo, o titular da carteira de habilitação deve ter completado a idade mínima estabelecida pelos respectivos regulamentos internos no que se refere à emissão da categoria de habilitação, assim como as condições de aptidão física e mental, pagamento de eventuais taxas e outras formalidades administrativas exigidas pela legislação vigente no território das Partes.

3. As restrições de condução e sanções que estejam eventualmente previstas na carteira de habilitação deverão ser observadas pela outra Parte.

4. Durante o processo de obtenção das carteiras de habilitação, não haverá a retenção das carteiras de habilitação emitidas pela outra Parte.

5. O titular da nova carteira de habilitação deverá sujeitar-se à normativa da Parte que emite para efetuar sua renovação e o respectivo controle.

Artigo 4º: Consulta das carteiras

1. Cada Parte prestará, mediante solicitação da outra Parte, por meio escrito ou por sistema informatizado, informações necessárias para determinar a validade e a autenticidade das carteiras de habilitação.

2. A Parte que não tiver certeza sobre a autenticidade da carteira de habilitação emitida pela outra Parte poderá consultar a Autoridade Central Competente da outra Parte para o cumprimento do presente Acordo.

3. Essa informação também será necessária nos casos em que a carteira não estiver de acordo com os modelos apresentados pela outra Parte.

4. As Partes poderão negar a solicitação de reconhecimento quando não tiverem certeza sobre a autenticidade da carteira de habilitação exibida.

Artigo 5º: Tabelas técnicas de equivalência

1. Para efeitos do reconhecimento da carteira de habilitação, a equivalência das categorias de habilitação será definida pelas Autoridades Competentes das Partes, de acordo com as tabelas técnicas de equivalência anexas ao presente Acordo, do qual constituem partes integrantes.

2. As tabelas técnicas de equivalência são os anexos técnicos deste Acordo e podem ser modificadas pelas Autoridades Competentes das Partes, de forma simplificada, por Troca de Notas.

3. As Partes proporcionarão, reciprocamente, exemplares de suas carteiras de habilitação em vigência, para conhecimento, o que se realizará uma vez que entre em vigor o presente Acordo.

Artigo 6º: Proibições do Reconhecimento para obtenção de uma licença da outra Parte

1. De acordo com a legislação interna referente às carteiras de habilitação emitidas com validade provisória por uma das Partes, o presente Acordo se aplica somente àquelas que adquiriram validade permanente antes de obter a residência no território da outra Parte.

2. O presente Acordo não se aplica às carteiras de habilitação obtidas em substituição a carteiras de habilitação emitidas por outros Estados.

3. O presente Acordo não se aplica às carteiras de habilitação obtidas em substituição a carteiras de habilitação emitidas em favor dos condutores menores de 18 anos de idade e a carteiras de habilitação provisórias.

Artigo 7°: Autoridades Centrais Competentes

1. As Autoridades Centrais Competentes para o reconhecimento das carteiras de habilitação são:

a) na República Federativa do Brasil, o Ministério dos Transportes, por meio da Secretaria Nacional de Trânsito (SENATRAN); e

b) na República do Chile, o Ministério de Transportes e Telecomunicações, por meio da Subsecretaria de Transportes (SUBTRANS).

ANEXO

TABELAS DE EQUIVALÊNCIA TÉCNICA

Categoria Chilena	Categoria Brasileira
A-1	B
A-2	B
A-3	D
A-4	C
A-5	E
B	B
C	A

Categoria Brasileira	Categoria Chilena
A	C
B	B + A-1 + A-2
D	A-3
C	A-4
E	A-5

Qualquer controvérsia relativa à interpretação e/ou implementação deste Acordo será resolvida amigavelmente por meio de consultas e negociações diretas entre as Partes através dos canais diplomáticos.

Artigo 9º: Entrada em vigor, modificação e denúncia

1. Este Acordo entrará em vigor sessenta (60) dias após a data da última notificação, por escrito, por via diplomática, por meio da qual uma das Partes comunique à outra o cumprimento dos requisitos de Direito interno necessários para a sua entrada em vigor.

2. O presente Acordo terá duração indefinida e se manterá em vigor enquanto for mantido o interesse das Partes.

3. Este Acordo poderá ser modificado por escrito, por entendimento mútuo, por via diplomática. As modificações entrarão em vigor de acordo com o disposto no primeiro parágrafo deste artigo.

4. Este Acordo poderá ser denunciado a qualquer momento, por escrito, por uma das Partes, deixando de produzir efeitos seis (6) meses após a data da notificação por via diplomática, da intenção de denunciá-lo. A denúncia não afetará as carteiras de habilitação emitidas.

Feito em Santiago do Chile, em 5 de agosto de 2024, em dois exemplares originais, em línguas portuguesa e espanhola, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Mauro Vieira
Ministro das Relações Exteriores

PELA REPÚBLICA DO CHILE

Albert Van Klaveren Stork
Ministro das Relações Exteriores

ACUERDO ENTRE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DE BRASIL Y LA REPÚBLICA DE CHILE PARA EL RECONOCIMIENTO RECÍPROCO DE LICENCIAS DE CONDUCTOR

La República Federativa de Brasil y la República de Chile, de aquí en adelante denominadas "Partes",

Con el objetivo de permitir que los titulares de licencias de conductor emitidas por una de las Partes puedan conducir vehículos en el territorio de la otra,

Así como aspirando a mejorar la seguridad del transporte y agilizar el tránsito por carretera,

Acuerdan:

Artículo 1°: Objetivo

1. Las Partes reconocerán recíprocamente, para fines de conversión, las licencias de conductor no provisorias, válidas y en vigor, expedidas por sus respectivas Autoridades Competentes, en conformidad con su legislación interna, en favor de los nacionales de la otra Parte, titulares de licencias de conductor que obtengan la condición de residentes en su territorio.

2. Para efectos de la interpretación del presente Acuerdo, el término "residencia" debe ser comprendido en los términos establecidos por la legislación vigente en el territorio de la Parte donde se pretenda obtener dicha condición migratoria.

Artículo 2°: Reconocimiento para la conducción temporal

1. Los conductores nacionales de cada una de las Partes, que no tengan residencia legal en el territorio de la otra Parte, podrán conducir temporalmente vehículos en dicho territorio con licencias de conductor válidas, desde que tengan la edad mínima exigida por esa otra Parte, con excepción de las licencias profesionales utilizadas para fines comerciales y para trabajo remunerado.

2. La licencia de conductor emitida por las Autoridades Competentes de una de las Partes dejará de ser válida, para fines de circulación en el territorio de la otra Parte, de acuerdo con las condiciones y plazos establecidos por la legislación interna del Estado de circulación.

Artículo 3°: Reconocimiento para la obtención de una licencia de la otra Parte

1. Cada una de las Partes reconocerá, para efecto de la obtención de una licencia de conductor de la otra Parte, las licencias de conductor vigentes, emitidas por la Autoridad Competente de la otra Parte, de acuerdo con sus respectivos reglamentos internos, en favor de los conductores nacionales que tengan la condición de residentes en su territorio, dispensándose al solicitante de la realización de los exámenes teóricos y prácticos exigidos por la legislación de esa Parte.

2. Para los fines de aplicación del primer párrafo del presente artículo, el titular de una licencia de conductor debe tener la edad mínima establecida por los respectivos reglamentos internos en los que se refiere a la emisión de la categoría de conducción, así como las condiciones de aptitud física y mental, pago de eventuales tasas y otras formalidades administrativas exigidas por la legislación vigente en el territorio de las Partes.

3. Las restricciones de conducción y sanciones que estuvieran eventualmente previstas en la licencia de conductor deberán ser observadas por la otra Parte.

4. Durante el proceso de obtención de las licencias de conductor, no habrá retención de la licencia de conductor emitida por la otra parte.

5. El titular de una nueva licencia de conductor deberá sujetarse a la normativa de la Parte que la emita para efectuar su renovación y el respectivo control.

Artículo 4°: Consulta de licencias

1. Cada Parte prestará, mediante solicitud de la otra Parte, por medio escrito o por sistema informatizado, las informaciones necesarias para determinar la validez de las licencias de conductor.

2. La Parte que no tuviera certeza sobre la autenticidad de la licencia de conductor emitida por la otra Parte podrá consultar a la Autoridad Central Competente de la otra Parte para el cumplimiento del presente Acuerdo.

3. Esa información también será necesaria en los casos en que la licencia no estuviera de acuerdo con los modelos presentados por la otra Parte.

4. Las Partes podrán negar la solicitud de reconocimiento cuando no tuvieren certeza sobre la autenticidad de la licencia de conductor exhibida.

Artículo 5°: Tablas técnicas de equivalencia

1. Para efectos del reconocimiento de la licencia de conductor, la equivalencia de las categorías de conducción será definida por las Autoridades Competentes de las Partes, de acuerdo con las tablas técnicas de equivalencia anexas al presente Acuerdo, del cual constituyen partes integrantes.

2. Las tablas técnicas de equivalencia son los anexos técnicos de este Acuerdo y pueden ser modificadas por las Autoridades Competentes de las Partes, de forma simplificada, por Intercambio de Notas.

3. Las Partes se proporcionarán, recíprocamente, ejemplares de sus licencias de conductor en vigencia, para conocimiento, lo cual se realiza una vez que entre en vigor el presente Acuerdo.

Artículo 6°: Prohibiciones de Reconocimiento para la obtención de una licencia de la otra Parte

1. De acuerdo con la legislación interna referente a las licencias de conductor emitidas con validez provisoria por una de las Partes, el presente Acuerdo se aplicará solamente a aquellas que adquieran validez permanente antes de obtener la residencia en el territorio de la otra Parte.

2. El presente Acuerdo no se aplica a las licencias de conductor obtenidas en substitución de licencias de conductor emitidas por otros Estados.

3. El presente Acuerdo no se aplica a las licencias de conductor obtenidas en substitución de licencias de conductor emitidas en favor de conductores menores de 18 años y de licencias de conductor provisorias.

Artículo 7°: Autoridades Centrales Competentes

1. Las Autoridades Centrales Competentes para el reconocimiento de las licencias de conductor son:

a) en la República Federativa de Brasil, el Ministerio de Transportes, por medio de la Secretaría Nacional de Tránsito (SENATRAN); y

b) en la República de Chile, el Ministerio de Transportes y Telecomunicaciones, por medio de la Subsecretaría de Transportes (SUBTRANS).

ANEXO

TABLAS DE EQUIVALENCIA TÉCNICA

Categoría Chilena	Categoría Brasilera
A-1	B
A-2	B
A-3	D
A-4	C
A-5	E
B	B
C	A

Categoría Brasilera	Categoría Chilena
A	C
B	B + A-1 + A-2
D	A-3
C	A-4
E	A-5

Cualquier controversia relativa a la interpretación y/o la implementación de este Acuerdo será resuelta amigablemente por medio de consultas y negociaciones directas entre las Partes a través de los canales diplomáticos.

Artículo 9°: Entrada en vigor, modificación y denuncia

1. Este Acuerdo entrará en vigor sesenta (60) días después de la fecha de la última notificación, por escrito, por vía diplomática, por medio de la cual una de las Partes comunique a la otra el cumplimiento de los requisitos de Derecho interno necesarios para su entrada en vigor.

2. El presente Acuerdo tendrá duración indefinida y se mantendrá en vigor en tanto fuera mantenido el interés de las Partes.

3. Este Acuerdo podrá ser modificado por escrito, por entendimiento mutuo, por vía diplomática. Las modificaciones entrarán en vigor de acuerdo con lo dispuesto en el párrafo primero de este artículo.

4. Este Acuerdo podrá ser denunciado, en cualquier momento, por escrito, por una de las Partes, dejando de producir efectos seis (6) meses después de la notificación por vía diplomática, de la intención de denunciarlo. La denuncia no afectará las licencias de conductor emitidas.

Hecho en Santiago de Chile, en 5 de agosto de 2024, en dos ejemplares originales, en idiomas español y portugués, siendo ambos textos igualmente auténticos.

POR LA REPÚBLICA FEDERATIVA DE BRASIL

Mauro Vieira

Ministro de Relaciones Exteriores

POR LA REPÚBLICA DE CHILE

Albert Van Klaveren Stork

Ministro de Relaciones Exteriores